

**Ventor Investimentos Ltda.**

**Política de Gestão de Risco**

**Atualizado em Dezembro de 2017**

## CONTEÚDO

1.	APRESENTAÇÃO .....	3
2.	FINALIDADE.....	3
3.	PÚBLICO ALVO .....	3
4.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	3
5.	GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO .....	4
	5.1. METODOLOGIA .....	4
	5.2. LIMITES .....	5
	5.3. <i>STOP LOSS</i> .....	5
	5.4. ALAVANCAGEM .....	6
6.	GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ.....	6
7.	GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO .....	7
8.	GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONTRAPARTE .....	7
9.	GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONCENTRAÇÃO .....	8
10.	GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL .....	8
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	9

## 1. APRESENTAÇÃO

A Ventor Investimentos Ltda. (“Ventor”) é uma instituição não financeira cujo principal objeto é a prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, mais especificamente a gestão de fundos de investimento regulados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e destinados a investidores qualificados. De forma acessória atua ainda na distribuição de cotas dos fundos de investimento por ela geridos, conforme facultado pela Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

## 2. FINALIDADE

A presente Política de Gestão de Risco (“Política”) tem por objetivo disciplinar os procedimentos e metodologias aplicados ao gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito, contraparte, concentração e operacional que sejam relevantes às carteiras dos fundos de investimento geridos pela Ventor, em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 558.

## 3. PÚBLICO ALVO

Esta Política aplica-se a todos os sócios executivos, administradores, empregados e estagiários da empresa (“Funcionários”) e aos demais agentes que diretamente estão envolvidos com gerenciamento de risco (“Colaboradores”), independente de cargo ou função.

## 4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

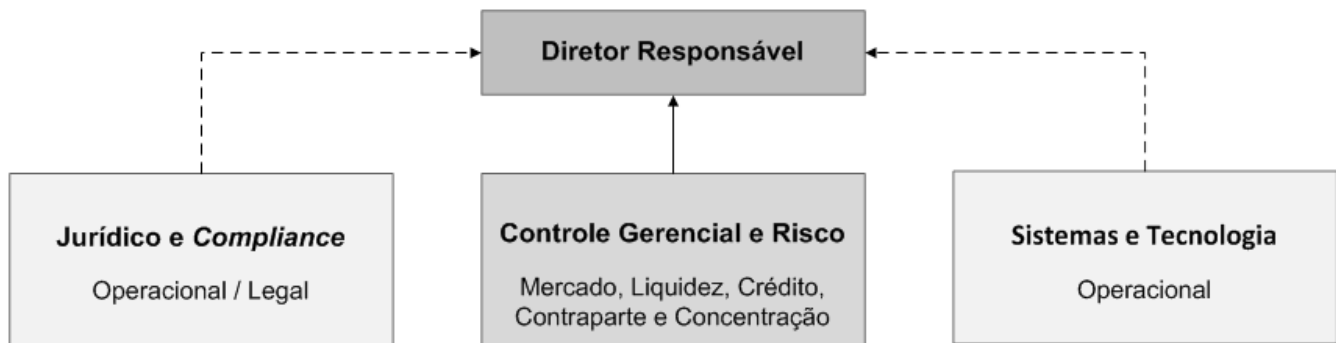
A área de Controle Gerencial e Risco é a principal responsável pela mensuração e monitoramento regular dos riscos inerentes às carteiras dos fundos geridos. Exerce suas funções com independência, sem qualquer vínculo com atividades relacionadas à administração de carteiras, e se reporta ao diretor Luciano Soares (“Diretor Responsável”), cuja responsabilidade pela gestão de risco está consignada no Contrato Social da empresa.

A área de *Compliance* é a responsável pela divulgação e monitoramento das normas previstas nesta Política. Suas atribuições regulares são entregar a cada funcionário uma cópia deste documento e solicitar o preenchimento e a assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão às Políticas, Códigos e Manuais, e supervisionar o enquadramento dos processos às normas estabelecidas nesta Política, executando testes e solicitando evidências.

O departamento Jurídico é o responsável por elaborar e revisar documentos referentes aos fundos geridos e à empresa, por exemplo, contratos, atas, regulamentos, procurações, assim como, analisar as normas e consequentes demandas dos órgãos reguladores e autorreguladores.

As áreas de Sistemas e Tecnologia contribuem no desenvolvimento de softwares que auxiliam no exercício das atividades regulares e respondem pela política de segurança e continuidade da empresa, no que tange acessos, backup, proteção dos dados, etc.

Segue, abaixo, o organograma da equipe responsável pelo gerenciamento de risco:



Ao Diretor Responsável, a quem é franqueado pleno acesso às informações das operações realizadas, cabe (i) cumprir as obrigações estabelecidas por esta Política, (ii) realizar testes de aderência e eficácia das métricas, critérios e processos de risco adotados, com periodicidade no mínimo anual, decidindo sobre ajustes e adequações quando necessários, (iii) encaminhar ao Comitê Executivo os relatórios de exposição a risco dos fundos geridos em frequência no mínimo mensal, e (iv) manter todos os registros de análise de risco por pelo menos 5 (cinco) anos.

É ainda atribuição do Diretor Responsável, em situações de emergência, a emissão de ordens às contrapartes, realizando as operações necessárias para a adequação dos fundos aos seus respectivos limites de riscos, sendo certo que a efetiva utilização desta prerrogativa só será admissível em situações excepcionais. Em situações normais competem ao diretor responsável pela gestão dos fundos junto à CVM, Flavio Fucs, as providências necessárias para ajustar a exposição a risco dos fundos aos limites previstos nesta Política e aos respectivos regulamentos.

A Política, bem como os relatórios periódicos e os procedimentos para a implantação da estrutura de gerenciamento de risco, são analisados e revisados com a periodicidade mínima de um ano pelo Comitê Risco e *Compliance*, composto pelo Diretor Responsável, a quem compete a palavra final, e pelos Funcionários e Colaboradores diretamente envolvidos com gerenciamento de risco e *compliance*.

## 5. GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO

Os ativos financeiros estão sujeitos às oscilações dos mercados em que são negociados, afetando seus preços, taxas, ágio, e volatilidades, e produzindo flutuações no valor das cotas dos fundos, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas. Assim, a Ventor estabeleceu uma estratégia de Gerenciamento de Risco de Mercado a fim de mitigar esses efeitos, que segue as premissas abaixo dispostas:

### 5.1. METODOLOGIA

Os limites estabelecidos são fornecidos pelo uso conjunto de duas metodologias distintas de mensuração de risco de mercado, *Value at Risk* (“VaR”) e testes de stress, sujeitas ainda a um mecanismo adicional de penalização por eventual risco de liquidez.

O VaR fornece, inicialmente, os níveis de perda a que cada investimento está sujeito, sob condições normais de mercado, em um dado intervalo de tempo e com um determinado nível de confiança, com base em observações do comportamento passado das respectivas cotações. Na Ventor, trabalha-se com intervalos de tempo diários e

nível de confiança de 99,5%. Em seguida, consolidam-se os “valores em risco” dos diversos instrumentos individuais e, levando-se em conta as correlações entre os ativos de um mesmo mercado, obtém-se uma medida estatística do nível total de perda a que cada fundo está exposto ao longo de um dia.

Em paralelo, realizam-se ainda Testes de Stress. Nesse procedimento, elaboram-se cenários específicos de situações atípicas de mercado e, em seguida, efetua-se novamente a avaliação integral da carteira do fundo. Tais cenários, ditos de stress por representarem a perda potencial em condições extremas de mercado, resultam não apenas da observação da reação do ativo em crises passadas, como também de simulações da análise da atual conjuntura macroeconômica e do grau de alavancagem do mercado.

As informações obtidas por ambas as técnicas mencionadas são consolidadas em relatórios diários e entregues, pelas manhãs, aos gestores e aos sócios.

## **5.2. LIMITES**

O limite diário para VaR é de 10% e para Stress de 20% do patrimônio líquido de abertura. Opta-se, por conservadorismo, sempre pelo modelo que estiver percentualmente consumindo mais risco.

Os cálculos de VaR envolvem tanto a abordagem paramétrica quanto simulações de Monte Carlo. O intervalo de confiança, em ambos os casos, é de 99,5% (2,58 desvios-padrão) e os cálculos de volatilidade e correlação, no modelo paramétrico, são feitos utilizando-se uma janela de 160 dias úteis com decaimento exponencial de fator 0,95.

Nos Testes de Stress não se trabalha com cenários uniformemente positivos ou negativos. Cada mercado é tratado de maneira independente e o risco total é dado pela soma dos riscos individuais.

Vale esclarecer que posições que levem mais de 1 dia para serem zeradas, sob condições de normalidade e sem acarretar perdas superiores às oriundas das oscilações de mercado, têm o risco dos demais “n-1” dias incorporado ao risco diário em ambas as metodologias.

Cabe informar que um monitoramento paralelo do risco de mercado é desenvolvido regularmente pelo Administrador Fiduciário dos fundos, que se utiliza dos cenários fornecidos pela BM&FBOVESPA em seus Testes de Stress.

## **5.3. STOP LOSS**

O *stop loss*, que implica no encerramento de uma posição em função do prejuízo acumulado, não é fixado por operação, mas sim vinculado à performance do gestor. Estando em níveis positivos no ano, o gestor tem a liberdade de trabalhar com 100% do seu limite de risco, cabendo a ele, individualmente, determinar o *stop* de suas operações. Se, por ventura, sua performance estiver negativa, uma parcela desse prejuízo passará a impactar o seu limite de risco diário, podendo representar até 50% do seu limite teórico. Ao ultrapassar este limite, o gestor será automaticamente “stopado”, cabendo ao Comitê Executivo decidir a respeito da sua posição. Com frequência no mínimo, anual, o Comitê Executivo reavalia o limite de risco destinado a cada gestor.

#### 5.4. ALAVANCAGEM

Eventuais restrições e limites ao uso de alavancagem são estabelecidas individualmente para cada fundo e constam dos seus respectivos regulamentos.

#### 6. GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros das carteiras podem sofrer redução nos volumes negociados. Nesses casos, a gestora pode se ver obrigada a aceitar descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade, e enfrentar dificuldade para honrar seus resgates agendados.

Desta forma, visando minimizar os impactos negativos oriundos do risco de liquidez, a Ventor desenvolveu um mecanismo de Gerenciamento de Risco de Liquidez (“GRL”) próprio, o qual adota uma metodologia que permite estimar a capacidade de monetizar os ativos dos fundos geridos ao longo do tempo, verificando sua adequação às potenciais demandas do passivo, sem que haja prejuízo por parte dos cotistas.

É importante ressaltar que as regras ora descritas caracterizam uma versão resumida da Política de GRL da empresa, que é tratada em documento específico, apartado à presente Política.

Sob a ótica da liquidez dos ativos, a análise da capacidade de monetização destes é aferida a partir das posições disponíveis consolidadas em cada ativo nos diversos fundos e a posição detida pela Ventor vis a vis o volume médio negociado no mercado.

Desta forma, a quantidade de dias necessários para monetizar os ativos pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Qtd. Disp.}}{(\text{Média Janela} * \text{Vol})}$$

Onde:

Qtd. Disp.= Quantidade de ativos disponíveis na carteira do fundo

Média Janela = Média de negociações do ativo em janela de tempo

Vol = parcela do volume total negociado em um dia

Os ativos indisponíveis em função de margem, garantia ou aluguel recebem tratamento mais conservador em razão do período de tempo para sua disponibilização.

O tratamento do passivo se baseia na elaboração de cenários para volumes potenciais de solicitação de resgate em cada um dos portfólios sob gestão, considerando as possíveis janelas de tempo, a regra de cotização, a composição do passivo e o padrão histórico de movimentação. É ainda realizado teste de stress considerando cenário mais punitivo tanto para o volume de resgate contratado quanto para o prazo de liquidação dos ativos menos líquidos.

As rotinas de GRL são executadas semanalmente pela área de Controle Gerencial e Risco e promovem o cruzamento das análises sob as óticas do passivo e do ativo, verificando o status de adequação da liquidez dos fundos aos parâmetros definidos pelo Diretor Responsável.

Cabe informar ainda que um monitoramento paralelo do risco de liquidez é desenvolvido regularmente pelo Administrador Fiduciário dos fundos.

## 7. GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO

De acordo com a regulamentação em vigor, risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A Ventor possui baixíssimo envolvimento com investimentos que compreendam exposição a risco de crédito privado. As poucas evidências tratam de (i) instrumentos de captação bancária de instituições de primeira linha, ou (ii) dívidas de emissores “*quasi sovereign*”.

Assim, na eventualidade de alguma oportunidade, esta será analisada específica e pontualmente, de forma criteriosa e pautada nos melhores princípios de gestão de risco e observando as regras e normas aplicáveis. A destacar:

I. Necessidade de aprovação prévia do Diretor Responsável, a quem será encaminhado relatório contendo as informações relevantes à devida análise. Importante esclarecer que um eventual rating do ativo/emissor, fornecido por agência classificadora de risco, não basta como condição suficiente para justificar sua aprovação;

II. Monitoramento regular da exposição, bem como a qualidade e capacidade de execução das garantias, enquanto o ativo de crédito privado permanecer na carteira dos fundos; e

III. Tratamento equitativo em operações envolvendo empresas ligadas à Ventor e/ou ao Administrador Fiduciário, devendo observar os mesmos critérios utilizados nas demais operações com terceiros.

A equipe de Controle Gerencial e Risco mantém acompanhamento diário das exposições das carteiras a cada emissor e seu enquadramento aos limites estabelecidos.

Cabe informar ainda que um monitoramento paralelo da exposição a risco de crédito é desenvolvido pelo Administrador Fiduciário dos fundos.

## 8. GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONTRAPARTE

O risco de contraparte é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das suas respectivas obrigações contratuais.

A Ventor adota algumas iniciativas com o intuito de mitigar a exposição ao risco em questão. A destacar:

I. A liquidação da quase totalidade dos ativos dos fundos geridos ocorre em clearings como SELIC, BM&FBOVESPA e CETIP;

II. Nas operações com derivativos há centralização de processamento em uma única corretora;

III. O processo de seleção de corretoras envolve a avaliação da solidez financeira, a exigibilidade dos Selos BM&F, e a consequente aprovação pelo Diretor Responsável; e

IV. Da mesma forma, nas operações realizadas no exterior a seleção de corretoras (FCMs), para as negociações realizadas em bolsa, e demais contrapartes, para as operações que envolvem contrato de ISDA, passa por um processo de avaliação e aprovação prévia do Diretor Responsável.

A equipe de Controle Gerencial e Risco mantém acompanhamento diário das exposições e/ou margens depositadas nas diversas contrapartes.

Cabe informar ainda que um monitoramento paralelo da exposição a risco de contraparte é desenvolvido pelo Administrador Fiduciário dos fundos, a quem cabe, inclusive, o poder de veto à utilização de determinada corretora.

## 9. GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONCENTRAÇÃO

A possibilidade de concentração da carteira em ativos financeiros de um mesmo emissor representa risco de liquidez e de crédito dos referidos ativos. Alterações da condição financeira de uma companhia ou de um grupo de companhias, mudanças na expectativa de desempenho/resultados das companhias e da capacidade competitiva do setor investido podem, isolada ou cumulativamente, afetar adversamente o preço e/ou rendimento dos ativos financeiros da carteira dos fundos.

A Ventor atua com a premissa de diversificação dos investimentos de seus fundos geridos, de forma que os mesmos invistam em ativos emitidos por emissores distintos e de diferentes características, dissipando, portanto, eventuais riscos atrelados à concentração dos mesmos emissores.

Os limites de concentração são (i) aqueles por emissor e modalidade de ativo financeiro estipulados na legislação em vigor conforme a classe de fundo e o público alvo, e (ii) outros eventualmente fixados para cada fundo e formalizados em seus respectivos regulamentos.

A equipe de Controle Gerencial e Risco verifica diariamente a conformidade das carteiras dos fundos com suas políticas de investimento e seu enquadramento aos limites de concentração estabelecidos.

Cabe informar ainda que um monitoramento paralelo do risco de concentração é desenvolvido regularmente pelo Administrador Fiduciário dos fundos.

## 10. RISCO OPERACIONAL

A Ventor está suscetível à ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, contratos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Desta forma, envida os maiores esforços para prever e combater tais situações.

O departamento Jurídico dedica-se à mitigação de riscos operacionais através i) da elaboração, revisão e discussão de atas de Assembleias Gerais de cotistas e regulamentos dos fundos geridos, contratos de gestão e demais instrumentos em que a Ventor ou os fundos venham a figurar como parte; ii) do auxílio nas demandas societárias da empresa, com elaboração de Atas de reunião de sócios, reunião da diretoria e alteração do contrato social; iii) da elaboração de procurações para os votos eventualmente proferidos nas assembleias dos ativos financeiros componentes das carteiras dos fundos geridos; iv) da análise das normas, instruções, diretrizes, códigos e deliberações que tenham ou possam vir a ter impacto na empresa e nos fundos geridos; e v) da discussão e elaboração de respostas a eventuais questionamentos da CVM e da ANBIMA relacionados à Ventor ou aos fundos geridos.

A área de *Compliance*, por sua vez, atua i) no monitoramento dos prazos periódicos cabíveis à empresa e aos fundos, com o envio ou o controle do envio das informações e documentos necessários; ii) no acompanhamento dos votos eventualmente proferidos pela Ventor nas assembleias dos ativos financeiros componentes das carteiras dos fundos geridos; iii) na discussão acerca de novos projetos e produtos ou implementação de novas rotinas decorrentes de normativos da CVM e da ANBIMA que requeiram análise de risco para o negócio; iv) em funções de controles internos em



sentido estrito (livros, registros, informes financeiros); e v) na realização de testes regulares, em conformidade e na periodicidade determinada pela legislação em vigor, buscando avaliar se os objetivos e limites dispostos nos códigos, manuais e políticas estão sendo alcançados, se as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos e se eventuais desvios estão sendo corrigidos.

A estrutura de Sistemas e Tecnologia adota uma política de segurança do tipo fechada, na qual apenas as pessoas e as máquinas autorizadas têm acesso à rede e aos serviços. A rede é protegida por Firewalls, visando impedir acessos não autorizados. A criação/eliminação de usuários e o direito de acesso ocorrem através de processo de permissão (“GDA”) com autorização do gerente responsável pela área. O acesso a servidores de arquivos é discricionário, isto é, cada usuário tem mapeado quais servidores e diretórios terá acesso através de seu usuário e grupos a que pertence. Há ainda utilização de anti-vírus em todas as estações e servidores de arquivos e correio e de gateway anti-spam/anti-vírus para todos os e-mails recebidos.

O backup e a proteção dos dados é garantido pelo Sistema Veeam Backup. Ele é rodado diariamente e para cada dia da semana é destacado um jogo de fitas. O mesmo é efetuado mensalmente e anualmente, sendo o jogo anual preservado por 5 (cinco) anos. Todos os jogos são conduzidos a um local seguro, fora das instalações da empresa. Além disso, os dados são replicados ao longo do dia para o *backup site*, local mantido para atender de forma contingencial em caso de impossibilidade de utilização do escritório oficial.

Quanto à telefonia, são utilizados os sistemas de comunicação inteligente da Mitel. Na mesa de operações, cada operador possui uma mesa Mitel própria e todas as chamadas são gravadas. Este processo é repetido na área comercial da Instituição.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada Funcionário e Colaborador é responsável por seus atos, comportamento e conduta. Assim, em caso de dúvidas quanto às diretrizes expostas nesta Política ou questionamentos práticos que porventura possam surgir, os mesmos devem ser sanados imediatamente junto à área de *Compliance*.

Além disso, todo Funcionário ou Colaborador que souber ou tiver motivos para acreditar que uma norma, ou qualquer disposição ora apresentada, esteja sendo violada, deve comunicar este fato imediatamente à área de *Compliance*. As notificações podem ser encaminhadas por e-mail ou via telefone, e em todos os casos serão tratadas com total sigilo.

Os Funcionários e Colaboradores devem ter ciência de que o descumprimento desta Política pode resultar em penalidades a serem estabelecidas, caso a caso, pela área *Compliance* e a Diretoria da Ventor, podendo inclusive acarretar no desligamento do quadro de Funcionários ou a solicitação de afastamento do Colaborador, sem prejuízo de responder pessoalmente, civil e criminalmente, pela prática de ato ou omissão em desacordo com os termos apresentados.